

6 - A escravidão entre os povos do Sudão Ocidental

séculos VII-XVI

Diego Schwalb Zanoto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ZANOTO, DS. A escravidão entre os povos do Sudão Ocidental: séculos VII-XVI. In: MACEDO, JR., org. *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 69-84. ISBN 978-85-386-0383-2. Available from: doi: [10.7476/9788538603832](https://doi.org/10.7476/9788538603832). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

6
A ESCRAVIDÃO ENTRE
OS POVOS DO SUDÃO OCIDENTAL:
SÉCULOS VII-XVI

Diego Schwalb Zanoto

O objetivo deste texto será discutir, brevemente, o papel econômico e social da instituição da escravidão nos reinos ou impérios africanos de Gana, Mali e Songai.

Poderíamos situar cronologicamente esses Estados como pertencentes ao período “medieval”, mas entendemos que o conceito de “Idade Média” foi proposto com base em um olhar eurocêntrico da História, o que nos leva a procurar evitar utilizá-lo fora de um contexto europeu.

Em todo caso, é entre os séculos VII e XVI da era cristã que a instituição da escravidão se desenvolve consideravelmente na África Ocidental. No decorrer do texto, procuraremos analisar a importância e o espaço do cativo dentro das diversas instituições que compõem os Estados sudaneses citados anteriormente, bem como o grau de dependência das estruturas sociais, econômicas e políticas, com relação à figura do trabalhador escravizado.

Escravidão e Sociedade no Sudão Ocidental

As relações de escravidão no Sudão Ocidental (parte mais a oeste do que em árabe foi chamado de *Bilad al-Sudan*, a “terra dos negros”) parecem começar a se desenvolver, principalmente, a partir dos primeiros contatos entre as populações nômades do deserto com os povos se-

dentários da região do Sahel (estepes e savanas ao sul do Saara e ao norte das florestas tropicais), embora, como veremos adiante, possivelmente um tipo de escravidão de linhagem já fosse praticado entre estes povos.

Entre o século I e o século III da era cristã, o camelo é introduzido no deserto do Saara, e as tribos berberes iniciam um processo de expansão por este deserto, tomando conta dos oásis e estabelecendo rotas comerciais. Esses nômades pilhavam os povoados dos arredores do deserto e mesmo os que habitavam os oásis, muitas vezes transformando em cativas as populações saqueadas. Tanto na região do Magreb quanto na do Sahel, isso ocorreu constantemente (Costa e Silva, 1996, p. 267).

Logo aumentaram os contatos entre as populações sedentárias das savanas ao sul do Saara (ligadas ao cultivo da terra, à criação de animais, à coleta e à pesca) e as tribos nômades do deserto (pastoras e caçadoras). Desses contatos poderiam nascer relações de amizade ou conflito, de comércio pacífico ou de saques. E a escravidão começava a fazer parte dessas estruturas, porém, inicialmente, de forma marginal. A redução de um indivíduo à situação de escravidão era algo incidental, não estava na base da produção econômica.

Em grande parte da África Ocidental, a estrutura social era baseada nas relações étnicas e de parentesco, tanto nos clãs dos povos nômades quanto nas famílias dos sedentários, fossem criadores de gado, agricultores ou pescadores. Constituíam, assim, formações sociais comunitárias, base de um modo de produção de linhagem (Lovejoy, 2002, p. 43), no qual não existiam antagonismos de classe, sendo que as divisões sociais fundamentais eram aquelas relacionadas, por exemplo, ao gênero ou à idade. Quer dizer, se existiam escravos, eles não formavam uma classe social distinta, pois, além de estarem em pequeno número, trabalhavam nas mesmas tarefas exercidas pelos membros da família ou linhagem. Ou seja, não havia um modo de produção escravista, uma vez que a escravidão não constituía a base da produção.

Os escravos poderiam tornar-se, aos poucos, membros do grupo familiar, visto que quanto maior o grupo social, maior seria a influ-

ência política e o poder desse grupo (Lovejoy, 2002, p. 44). Entretanto, o escravo, visto como uma mercadoria, poderia exercer somente aquelas funções para as quais era designado. Assim, as tribos nômades do Saara poderiam levar cativos para trabalhar nos oásis, no cultivo de cereais e tâmaras (Costa e Silva, 1996, p. 270), ou poderiam utilizá-los junto às populações sedentárias subjugadas. O escravo, aos poucos, também foi se fazendo presente nos trabalhos mais pesados, como, por exemplo, na extração mineral. Grande parte dos povos do Sudão Ocidental conhecia, há muito tempo, o ferro, o qual era utilizado amplamente na fabricação de armas e de utensílios ligados ao cultivo agrícola; o sal era extraído de minas no Saara; o ouro era trazido das regiões mais meridionais, principalmente através do comércio com as populações que lá habitavam e que lá mesmo extraíam o precioso metal: em todos esses casos, o trabalho escravo era utilizado.

Os nômades do Saara, muitas vezes, acabaram se impondo sobre as populações do Sahel como uma nobreza de senhores guerreiros, legitimados pela força e/ou pelo costume, embora as características normativas desse poder permanecessem de acordo com os costumes das comunidades agrícolas sedentárias (Costa e Silva, 1996, p. 271), cujas estruturas eram mais sólidas do que a dos nômades, e estes acabaram tendo que se adequar a elas. Ao mesmo tempo, muitas aldeias próximas ao Saara estavam se transformando em grandes centros comerciais, devido ao estabelecimento definitivo das rotas comerciais transaarianas e das relações da África negra com outras partes do mundo. Cidades como Audagost e, futuramente, Ualata acabaram se tornando verdadeiros portos caravaneiros, e novas relações de poder e riqueza começaram a se estabelecer.

Islamização e Tráfico de Escravos

Na medida em que as rotas e os centros comerciais se desenvolviam, escravos passavam a ser cada vez mais exportados para o norte da

África e para o Oriente Médio. De fato, as mercadorias mais importantes (e mais antigas) do comércio transaariano eram o escravo, o ouro e o sal (Costa e Silva, 1996, p. 273). Inicialmente, escravos eram requisitados para trabalhar nos oásis e nos canaviais da África mediterrânea. Com o nascimento e a expansão do Islã, a partir da Arábia, no século VII, a escravaria foi se tornando cada vez mais essencial para os nascentes reinos muçulmanos. Os cativos, então, eram requisitados para as mais diversas tarefas, desde fazer parte dos haréns até servir no exército.

A escravidão na África se intensifica consideravelmente na medida em que o Islã vai se expandindo. As cortes faustosas dos reinos muçulmanos precisavam, sobretudo, de escravas, seja para compor o harém, seja para fazer os serviços domésticos palacianos ou mesmo para trabalhar na agricultura. Meninos ou pré-adolescentes também são muito requisitados, com vistas a serem educados militarmente a fim de integrar o exército (Costa e Silva, 2002, p. 54). Esse tipo de força armada, classificada por Van Den Berghe (1966, p. 112)¹ como “Força Palaciana”, na qual os soldados são geralmente mercenários e escravos, enquanto os oficiais são membros da nobreza, também existirá nos impérios sudaneses de Gana, Mali e Songai. Além disso, há uma grande procura por eunucos, seja para que cuidem de funções administrativas, seja para montar guarda nos haréns. Os homens adultos eram os escravos mais baratos do mundo muçulmano, sendo destinados às tarefas mais trabalhosas.

Nas sociedades islâmicas, a escravidão não era uma instituição que se autoperpetuava. Os filhos de escravos eram geralmente assimilados pela sociedade, sendo substituídos por novas importações (Lovejoy, 2002, p. 48). Não existia uma classe distinta de escravos, com consciência própria, pois eles exerciam as mais diversas atividades, provinham das mais diversas etnias e regiões (poderiam provir, além da África subsaariana, da Europa Ocidental, do sul da atual Rússia, do

¹ O autor identifica seis tipos de forças armadas presentes através de toda a história do continente africano: Milícias Civas de Incursão, Forças Palacianas, Forças Armadas de Golpe, Forças Civas Revolucionárias, Forças de “Herrenvolk” e Forças Coloniais.

Oriente, do Norte da África...) e muitas vezes acabavam incorporados à sociedade muçulmana.

De comum entre eles havia o fato de que todos eram (ou deveriam ser) “pagãos”, pois um muçulmano não poderia escravizar outro da mesma crença. Por isso, os cativos vinham das regiões de fronteira do Islã, e cada vez em maior quantidade. Todavia, a exportação de escravos da África subsaariana para o mundo muçulmano ou para qualquer outro local, embora fosse muito importante economicamente para o futuro surgimento dos reinos sudaneses, foi relativamente modesta até o século XV e praticamente não se expandiu até o século XIX (Lovejoy, 2002, p. 49). As exportações eram de poucos milhares de escravos por ano, os quais vinham de regiões muito extensas, fazendo com que não houvesse, inicialmente, um impacto local importante.

É preciso ressaltar que, posteriormente, à medida que os Estados de Gana, Mali e Songai foram se estruturando e se constituindo, e que o Islã foi penetrando cada vez mais nas sociedades sudanesas (a ponto de se tornar, em certa época, a religião oficial e a base da lei), mais se estreitaram os laços entre a religião islâmica e a escravidão. Esse aspecto será abordado com mais detalhe no decorrer do texto.

A Escravidão em Gana

O tráfico de escravos através do Saara tornou-se, certamente, um dos fatores preponderantes na consolidação dos primeiros reinos do Sudão Ocidental, seja através do controle das rotas comerciais, seja através da organização de ataques que visavam à obtenção de escravos para a venda. Porém, mais do que escravos, pelas rotas transaarianas é que chegava ao mundo boa parte do ouro que se conhecia. Certamente, controlar os portos caravaneiros por onde escoava este ouro significava ter o controle, por meio de tributos, de todo comércio da região, o que gerava poder e rendas conside-

ráveis. Foi o que aconteceu a partir dos séculos IV ou V com as populações de etnia soninquê, cujos povoados localizados na orla setentrional do Sahel se unificaram em torno de uma dinastia soberana, fundando o reino de Gana.

É importante salientarmos o que se quer dizer quando se aplicam conceitos como “reino” ou “império” dentro do contexto da África antes da expansão européia. A formação estatal que parece ser a mais comum no Sudão Ocidental (e provavelmente em boa parte do continente africano) é o que se pode chamar de *chefatura*, na qual existe um rei que controla diretamente, sem uma corte ou qualquer tipo de corpo de funcionários, uma determinada área ou determinadas aldeias e tribos. Quando se fala em controlar, significa que os povos subjugados reconhecem a autoridade do rei ou chefe, pagando algum tipo de tributo ou enviando homens para ajudar na guerra. Ou seja, não existem demarcações territoriais claras. Já um *reino*, nesse contexto africano, é uma organização estatal que conta com um corpo de funcionários que administram um território mais vasto, sob o comando de um soberano (geralmente o título do soberano era o nome pelo qual se identificava o território, como, por exemplo, o próprio caso de Gana), embora também não existam fronteiras exatamente determinadas. Enfim, se falarmos em *império*, poderíamos ter, nesse caso, um reino que se impõe a outros reinos, mas não por meio de leis unificadas ou de fronteiras territoriais exatas (como, por exemplo, o Império Romano), e, sim, através do pagamento de tributos e do reconhecimento da autoridade por parte dos subjugados.

Portanto, não existiu uma estrutura política sólida dentro do território do reino de Gana – chamaremos aqui Gana de reino, pois, segundo Costa e Silva, esse território era praticamente um “estado nacional” dos soninquês, uma esfera de influência através da qual o *gana* exercia sua soberania por meio de relações entre os diversos grupos ou linhagens, as quais forneciam ao soberano tributos, soldados, funcionários para a corte e lavradores (Costa e Silva, 1996, p. 277), escravizados ou não –, sendo que cada aldeia, tribo ou cidade se relacio-

nava com o soberano e entre si de acordo com seus próprios costumes. Gana se organizava principalmente a partir da cidade de Kumbi Saleh, e o seu auge se deu nos séculos IX e X, com a conquista da importante cidade comercial de Audagost. Entretanto, desde o século VIII os muçulmanos já relatavam a existência de Gana como “o país do ouro”.

O reino de Gana tinha como principais adversários os reinos ou as chefaturas vizinhas, os quais lutavam pela hegemonia da região (como Takrur, a oeste, ou Gao, a leste), e as tribos berberes (principalmente os grupos azenegues), que atacavam constantemente os portos caravaneiros. O principal trunfo comercial de Gana era manter o controle da exportação do ouro (proveniente, fundamentalmente, das minas de Bambuk, na região de Wangara) e da importação do sal (originário, principalmente, das salinas de Tagaza, no Saara). Gana era um reino não-muçulmano, embora existissem, nas principais cidades, bairros específicos para mercadores muçulmanos, muitos dos quais acabavam se tornando também funcionários do Estado.

Com relação à escravidão no reino de Gana, poderíamos, a princípio, afirmar que os escravos eram, na verdade, um produto de luxo destinado principalmente à exportação. Mas também há indícios de que eles eram, junto com os camelos, os principais carregadores de mercadorias através das rotas transaarianas. Eles eram comprados na mesma região meridional de onde saía o ouro, assim como a goma e o marfim (Ki-Zerbo, 1972, p. 141), e eram levados aos mercados do norte. Há evidências de que já existiam expedições para a captura de escravos, levadas a cabo por chefes vassalos do *gana* (Costa e Silva, 1996, p. 281). O grande geógrafo muçulmano al-Idrisi comenta, no século XII, que habitantes dos reinos de Gana e Takrur organizavam ataques-surpresa a povos “pagãos” com o único intuito de fazer prisioneiros para vendê-los como escravos (Niane, 1978, p. 145).

O reino de Gana contava com um numeroso exército. Os escritores muçulmanos fornecem a cifra, provavelmente exagerada, de que

era integrado por cerca de 200 mil homens (Ki-Zerbo, 1972, p. 147). A informação apenas serve como parâmetro para a grandiosidade e o poder deste reino, que contava com arqueiros e cavaleiros sem sela, além da infantaria. Possivelmente escravos também fizessem parte desse exército, ou pelo menos da guarda real. O escritor al-Bakri, ao narrar as pomposas audiências entre o soberano e os súditos, afirma que atrás do *gana* havia uma fileira de dez escravos, com espadas e escudos ornamentados de ouro (Costa e Silva, 1996, p. 281).

No século XI, a expansão dos almorávidas atinge Gana, e cidades importantes como Audagost e Kumbi Saleh são impiedosamente saqueadas. Gana perde sua hegemonia e seu prestígio, apesar de ainda ser considerado um reino, porém agora de menor porte. No século XIII, é a vez dos sossos, vindos do sudeste, invadirem Gana. Entretanto, Kumbi Saleh continua sendo uma cidade importante por mais um ou dois séculos, enquanto muitos mercadores soninquês emigram para Ualata, a qual, após o declínio de Audagost, se tornará o mais importante porto caravaneiro da região (Costa e Silva, 1996, p. 291).

Os Cativos no Império do Mali

O Império do Mali pode ser caracterizado como uma confederação dos povos e reinos de origem *manden* ou mandinga, constituído a partir do ano de 1235, sob o comando de Sundjata Keita, considerado o herói fundador desse poderoso Estado. Na luta contra a hegemonia do reino Sosso, governado por Sumaoro Kante, Sundjata acaba fundando o que se tornará o primeiro grande império muçulmano da África Ocidental, cujo apogeu se dará entre meados do século XIII e o fim do século XIV.

As relações entre a expansão do Islã e a escravidão já se faziam presentes no Sudão Ocidental, e eram muito importantes nesse contexto de surgimento do Império do Mali. O rei dos sossos, Sumaoro Kante, é descrito pelos griôs como um rei cruel e impiedoso, além de

ser dotado de poderes mágicos (Niane, 1978, p. 144); isso, porém, pode se dever ao fato de que ele era, além do mais, um feroz adversário do Islã. Nessa condição, consta que Sumaoro Kante lutava para suprimir o tráfico de escravos exercido por alguns grupos soninquês (Niane, 1978, p. 144), possivelmente islamizados ou em vias de islamização. E isso foi visto pelos habitantes do Manden como mais um dos excessos deste soberano, o qual deveria ser combatido e vencido. Sundjata Keita vence os sossos, e, depois dele, todos os *mansa* – título dos soberanos do Mali, que significa algo como “imperador” ou “rei dos reis” (Niane, 1978, p. 152) – da dinastia Keita serão muçulmanos. Esses fatos podem servir como exemplo de que no antigo mundo muçulmano, e aí se incluem também os impérios do Mali e de Songai, a escravidão era vista como algo natural, senão essencial.

Aliás, exemplos nesse sentido não faltam. No século XV, já no contexto do Império Songai, o jurista Al-Maghili é bastante claro em sua recomendação ao askiya Muhammad: é dever do muçulmano fervoroso “fazer a guerra santa contra os infieis, matar-lhes os homens, escravizar-lhes as mulheres e as crianças e tirar-lhes todas as riquezas” (Costa e Silva, 2002, p. 32). Sobre essa certa necessidade de mulheres e crianças ou pré-adolescentes, já falamos anteriormente. Mas é interessante notarmos que, além de abastecer o comércio transaariano, os escravos agora também surgem como produtos da “guerra santa”.

O auge do Império do Mali se dá no governo de Mansa Mussa I (de 1307 a 1332). Nessa época, o Mali se torna conhecido como o maior exportador de ouro do mundo, e a fama de Mussa e seu império se espalha por todo o mundo muçulmano, inclusive até pela Europa. Ele aparece, em 1339, num mapa-múndi catalão como o *Rex Melli*, e também está desenhado segurando uma pepita de ouro, no chamado *Atlas Catalão de Carlos V*, de 1375, feito pelo judeu Abraão Cresques (Costa, 1996, p. 329). Toda essa fama se deve, sem dúvida, a muito comentada visita que fez ao Cairo em 1324, no caminho da peregrinação à Meca. Acompanhado por um séquito composto por milhares de pessoas, consta que ele distribuiu e gastou tanto ouro nesta

cidade, que o precioso metal ficou desvalorizado (Niane, 1978, p. 167). Entre as pessoas que o acompanhavam, estavam quinhentos escravos, todos carregando ouro em suas mãos (Heers, 1983, p. 79). O escravo mais uma vez aparece, então, como um objeto de ostentação, demonstrando o luxo da corte e o poder do soberano.

E o trabalho escravo, inserido nesse movimento de consolidação do Império do Mali, parece ter se tornado cada vez mais indispensável, ao menos em algumas áreas. Por exemplo, na mineração: no auge da expansão territorial, o Mali – que poderia ser considerado um dos maiores Estados mundiais de seu tempo (Davidson, 1977, p. 102) – englobava desde as minas de sal de Tagaza, no Saara (limite norte do império), até as minas de cobre de Takkeda (que também era um porto caravaneiro importante nos limites a leste), incluindo as minas de ouro de Bambuk (ao sul, numa região mais próxima à capital, Niane); em todos esses lugares, o trabalho escravo se fazia absolutamente presente.

Com relação a Takkeda, o famoso viajante Ibn Battuta comenta na metade do século XIV que, nas minas de cobre, trabalhavam tanto homens como mulheres (Ibn Battuta, 1987, p. 790). Também eram escravos grande parte dos carregadores que cruzavam as rotas comerciais: os comerciantes Wangara, próximos do Atlântico, chegaram a possuir, no século XV, mais de 200 escravos, os quais transportavam sal (que seria trocado com os povos da floresta por ouro) das minas do norte até o sul. Também existiam cativos cuidando da administração estatal, muitas vezes ligados diretamente ao soberano, como era o caso, por exemplo, do *santigui*, “senhor do tesouro”, uma espécie de ministro das finanças (Niane, 1978, p. 183). O geógrafo al-Umari descreveu que na corte do *mansa* eram utilizados, inclusive, escravos turcos, ou seja, não-negros.

Mas não nos enganemos. Tudo indica que, no Mali, a importação de escravos era algo pequeno, quase uma exceção; fazia parte do costume muçulmano constituir uma guarda real de escravos eunucos ou mercenários estrangeiros, para assim evitar o surgimento de uma

nova casta nobre, proveniente do próprio país, a qual porventura visse a competir pelo poder. No que diz respeito ao exército, é interessante notar que tropas escravas só começaram a aparecer no final do império, visto que, durante o seu apogeu, contingentes de homens livres, vindos de todas as províncias, eram regularmente integrados às forças armadas (Niane, 1978, p. 183).

Ibn Battuta, que como boa parte das pessoas de sua época via a escravidão como algo natural, nos mostra que os escravos estavam integrados na sociedade do Mali, seja servindo na corte do *mansa*, seja como propriedade de pessoas mais ricas. Nesse último caso, Battuta relata que, entre outros feitos, era comum mandar os escravos, nas madrugadas de sexta-feira, guardar o lugar dos amos nas mesquitas, visto que elas ficavam lotadas de fiéis, e muita gente não conseguia entrar para fazer as orações (Ibn Battuta, 1987, p. 783-784).

O Mali começou a decair, como Império, a partir de duas frentes. No interior, muitas províncias e tribos passaram a se rebelar e o poderio do Estado se enfraqueceu, perdendo, inclusive, o controle sobre as rotas caravaneiras. No litoral, durante o século XV, os portugueses começavam a entrar em contato com as províncias mais a oeste, iniciando uma demanda e o conseqüente fomento de um tráfico mais intenso de escravos. Na verdade, os portugueses se deram conta das diversas possibilidades de comércio na região. Por exemplo, eles compravam cavalos do povo futa para revendê-los no Gâmbia (Mali ocidental), e a moeda eram os escravos (Ly-Tall, 1978, p. 196). Inclusive genoveses, no decorrer do século XV, começaram a entrar no tráfico de cativos africanos (visto que já existia, no mundo europeu mediterrânico, um tráfico relativamente bem desenvolvido de escravos – sem comparação, claro, com a intensidade da escravidão que existirá na América –, provenientes dos povos eslavos ou do mundo muçulmano). O cronista português Diego Gómez lamentou-se, em seus escritos, de que os genoveses faziam uma concorrência desleal, pois aceitavam trocar um cavalo por somente seis negros, enquanto o preço mais comum era o de quatorze negros (Heers, 1983, p. 80).

Escravos no Império Songai

Um dos agentes da desestruturação do Mali foi o reino Songai, que tinha em Gao a sua principal cidade. Por volta dos séculos XI ou XII, os soberanos e nobres do Songai já estariam, ao menos superficialmente, convertidos ao Islã (Ki-Zerbo, 1972, p. 182). A luta desse reino contra a dominação malinense terá como resultado, justamente, a dominação do próprio Songai sobre todas as províncias do Mali, e ainda mais além. Sob o reinado do conquistador Sonni Ali (1464-1493), o Songai impõe-se como um império a toda região do Sudão Ocidental. Em 1496, *Askija* Muhammad fez uma faustosa peregrinação à Meca (lembrando a que fez *Mansa* Mussa) e conseguiu o reconhecimento de Songai como um Império dentro do mundo muçulmano. Assim como *Mansa* Mussa, ele também atraiu sábios ao seu país e incentivou a produção intelectual, sobretudo através dos estudiosos de Tombuctu.

Entre os maiores inimigos do Império Songai, estava o povo mossi, do sul. Seu rei era inimigo do Islã e não aceitava a conversão e a submissão aos songais. Quando intimado por *Askija* Muhammad a se converter, o soberano Mossi respondeu, de uma forma que pode ser interpretada como irônica e provocativa, que precisava primeiramente fazer sacrifícios aos seus antepassados para lhes solicitar um parecer (Ki-Zerbo, 1972, p. 185). Mossi e Songai possuíam um exército estruturado, e as agressões só cessaram quando, no final do século XVI, o expansionismo de Marrocos subjugou o Império Songai e boa parte do Sudão Ocidental.

Assim como no Mali, os escravos exerciam um papel importante na sociedade e na economia de Songai. Quando a cidade de Niane, antiga capital mandinga, foi tomada e saqueada pelo pai de Sonni Ali, consta que fazia parte do butim vinte e quatro tribos de escravos que residiam na cidade e eram propriedades do *mansa* (Cissoko, 1978, p. 209). Aliás, a maior diferença entre o Mali e o Songai consistia no fato de que o segundo era um império com coloração moderna, uma vez

que sua estrutura era rigidamente organizada e sua monarquia possuía um caráter centralizador e absolutista (Cissoko, 1978, p. 215). Havia na corte de Gao setecentos eunucos à disposição do monarca, enquanto inúmeros escravos realizavam as mais diversas tarefas domésticas no palácio, dirigidos por um funcionário real que atuava como uma espécie de mordomo-mor, chamado *bu horokoy koy* (Cissoko, 1978, p. 215).

Os escravos também engrossavam as fileiras do exército. Além de serem moeda de troca para a compra de cavalos (a cavalaria, entretanto, era constituída majoritariamente por uma elite de nobres), os escravos eram a massa da infantaria do exército songai. A grande maioria desses escravos era propriedade pessoal do *askiya*, e o soberano lhes herdava todos os bens e tinha o direito de desposar suas filhas (Cissoko, 1978, p. 219). Os cativos que compunham o exército provinham, principalmente, dos exércitos dos reinos vencidos durante a expansão songai. Dentro das forças armadas, o escravo podia até ascender socialmente, por bravura e competência. Muito famosos em Songai eram os regimentos de eunucos a cavalo (Costa e Silva, 1996, p. 553) .

No mundo rural, já começavam a aparecer escravos na produção. As terras do soberano, no vale do Níger, eram cultivadas por verdadeiras comunidades de escravos, sob a direção de capatazes – os *fanfa* (Cissoko, 1978, p. 220). Também eram cobrados impostos sobre os escravos de particulares. O escravo também consistia num dos principais produtos de exportação, assim como o ouro, a noz-de-cola, especiarias, o marfim e o algodão. Entretanto, a principal moeda de troca parecia ser mesmo o sal (Cissoko, 1978, p. 222).

Embora tenham surgido cidades bastante desenvolvidas, a massa da população de Songai vivia no campo. A sociedade deste Estado era caracterizada por uma rígida hierarquização: nobreza (dedicada à administração e ao comando militar), homens livres, membros das castas (que designavam ofícios específicos, como ferreiros, pescadores, etc.) e, por último, escravos, os quais eram bastante numerosos, seja no cam-

po ou na cidade (Cissoko, 1978, p. 223). A origem dos escravos eram os povos vencidos, geralmente aprisionados de forma truculenta (Costa e Silva, 1996, p. 557). A cidade de Gao tinha um importante mercado de escravos, os quais eram destinados principalmente a trabalhar no mundo mediterrânico. Depois de atravessar o Saara, eram vendidos a bom preço tanto para cristãos quanto para muçulmanos.

O Império Songai representava o auge de um processo de expansão e complexificação estatal, de penetração da fé muçulmana e de interação comercial mais intensa entre a África subsaariana Ocidental e o mundo mediterrânico. Quanto mais se desenrolava esse processo, mais aumentava a demanda externa e interna por escravos. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se constituíram impérios unificados, essa demanda por cativos fazia recrudescer as guerras entre os povos, reinos e tribos africanas (Heers, 1977, p. 43). A expansão de Marrocos sobre os territórios subsaarianos, por um lado, e a expansão européia (principalmente portuguesa) pressionando a partir do Atlântico, por outro, fizeram a decadência do Império Songai, o último grande Estado do Sudão Ocidental.

Considerações Finais

Na região do Sudão Ocidental, entre os séculos VII e XVI, a escravidão passou a cada vez mais fazer parte, de maneira notável, das instituições sociais e econômicas dos povos, reinos e impérios que se constituíam no período. Ao mesmo tempo em que, em grande parte das regiões, permaneceu um modo de produção baseado no parentesco ou na linhagem, no qual o trabalho se dava no âmbito familiar e a escravidão quase não tinha importância estrutural, foram se desenvolvendo outras formações sociais que acabaram, dependendo da região, se sobrepondo às demais.

No caso dos reinos ou impérios de Gana, Mali e Songai, notamos o desenvolvimento de um modelo de sustentação econômica baseado, sobretudo, na tributação do comércio de longa distância e no

controle das principais rotas nas quais esse comércio se desenvolvia. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se a produção (ou extração) de mercadorias em grande escala, visando principalmente, quando não exclusivamente, à exportação. Era o caso do ouro, do sal, do cobre, da noz-de-cola e de outros produtos muito apreciados e de alto valor no mercado externo. Junto a isso, os escravos passaram, muitas vezes, a fazer parte da produção (o caso das minas é notável nesse sentido), além de acabarem se tornando essenciais também nas funções domésticas, administrativas e militares.

Ou seja, parece ser possível notar o desenvolvimento, aos poucos, no Sudão Ocidental, de um verdadeiro modo de produção escravista, o qual, entretanto, coexiste com outros modos de produção, nunca exercendo um papel preponderante na sociedade (algo que ocorrerá, sobretudo, nas Américas durante, no mínimo, quase quatro séculos, e na África invadida pelo imperialismo europeu, nos séculos XIX e XX). Quer dizer, os escravos estavam lá, exerciam funções importantes na sociedade e na economia, mas coexistiam, como participantes da produção, com outros tipos de pessoas que trabalhavam sem ser cativas: sejam as linhagens das pequenas aldeias, sejam as castas de ofício das grandes cidades. Entretanto, a partir da queda do Songai, os escravos acabaram se tornando o principal produto de exportação da África subsaariana (algo que, aliás, já estava aos poucos ocorrendo, na medida em que os impérios sudaneses se desenvolviam), fato que teria implicações bastante sérias e desastrosas para as populações africanas negras, sobretudo nos séculos posteriores.

Referências

CISSOKO, Sékéné Mody. Os songhai do século XII ao XVI. In: Djibril Tamsir NIANI (Dir.). *História geral da África*. São Paulo: Ed. Ática, 1978. Vol. IV: A África do século XII ao século XVI.

COSTA E SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1996.

COSTA E SILVA, Alberto da. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2002.

DAVIDSON, Basil. *Revelando a Velha África*. Lisboa: Ed. Prelo, 1977.

HEERS, Jacques. *Escravos e domésticos na Idade Média no mundo mediterrâneo*. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. *História Medieval*. São Paulo: Ed. Difel. 1977.

IBN BATTUTA. *A través del Islam*. Madrid: Alianza, 1987.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa: Ed. Biblioteca Universitária, 1972. Volume 1.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

LY-TALL, Madina. O declínio do Império do Mali. In: Djibril Tamsir NIANI (Dir.). *História geral da África*. São Paulo: Ed. Ática, 1978. Vol. IV: A África do século XII ao século XVI.

NIANE, Djibril Tamsir. O Mali e a segunda expansão manden. In: _____. (Dir.). *História Geral da África*. São Paulo: Ed. Ática, 1978. Vol. IV: A África do século XII ao século XVI.

VAN DEN BERGHE, Pierre. O papel das forças armadas na África contemporânea. *Afro-Ásia* (UFBA), n° 2-3, 1966, pp. 111-119 (Disponível online: <http://www.afroasia.ufba.br>).